



ARQUIVOS DE IMAGEM: uma análise de domínio da produção científica brasileira em Ciência da Informação

Image files: a domain analysis of Brazilian scientific production in Information Science

JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES¹
TELMA CAMPANHA DE CARVALHO MADIO²
VINÍCIUS GUSTAVO FRANCO³

Resumo

Tendo por objeto as imagens fixas e em movimento objetivou-se identificar a produção científica brasileira sobre o tema na área de Ciência da Informação. Para tanto, partiu-se de um resgate da questão dos arquivos de imagem e o papel que a fotografia desempenha no transcurso histórico dessa temática para, posteriormente, abrir espaço para outras modalidades imagéticas. Em seguida e de modo a subsidiar metodologicamente o trabalho, abordou-se a análise de domínio para a caracterização de contextos de produção científica, notadamente em seus diálogos interdisciplinares, com especial destaque para a abordagem bibliométrica prevista por Hjørland (2002). Os resultados, a partir de busca livre (no título, resumo, palavras-chave ou no corpo do texto) na base BRAPCI, pelos termos "arquivos de imagens" e "arquivos audiovisuais" resultou em 35 documentos nos quais foram analisadas as autorias, as vinculações institucionais, os veículos de publicação, a cronologia dos trabalhos, os referentes teóricos mais citados e as abordagens temáticas evidenciadas nas palavras-chave. Conclui-se que o tema vem recebendo efetiva atenção da Ciência da Informação brasileira, em diferentes enfoques interdisciplinares que, por sua vez, pautam-se em diversificadas premissas teóricas que sustentam esta disciplina e suas características fundamentais.

¹ Professor Sênior do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: chaves.guimaraes@unesp.br.

² Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UNESP. E-mail: telma.madio@unesp.br.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP. E-mail: vinicius.g.franco@unesp.br.



Palavras-chave

Arquivos de imagem. Arquivos audiovisuais. Análise de domínio. Produção científica.

Abstract

This paper aims to identify the Brazilian scientific production on image and audiovisual archives in the field of Information Science. To this end, we began by revisiting the issue of image archives and the role that photography plays in the historical development of this theme, subsequently opening up space for other types of imagery. Next, in order to provide methodological support for the work, domain analysis was used to characterize scientific production contexts, notably in their interdisciplinary dialogues, with special emphasis on the bibliometric approach proposed by Hjørland (2002). The results, based on a free search (in the title, abstract, keywords, or body of text) in the BRAPCI database using the terms "image archives" and "audiovisual archives" resulted in 35 documents in which the authorship, institutional affiliations, publication vehicles, chronology of works, most cited theoretical references, and thematic approaches evidenced in the keywords were analyzed. It was concluded that the topic has been receiving effective attention from Brazilian Information Science environment, under different interdisciplinary approaches that, in turn, are based on diverse theoretical premises that underpin this discipline and its fundamental characteristics.

Keywords

Image archives. Audiovisual archives. Domain analysis. Scientific production.

1 INTRODUÇÃO

A imagem cotidiana de um arquivo remete tradicionalmente a caixas de documentação textual, notadamente para fins burocráticos. No entanto, as imagens — fotografias, audiovisual, mapas, gravuras, plantas e arquivos digitais — constituem uma parte vital e relevante do patrimônio documental.

Diferente de uma coleção de museu, onde uma imagem pode ser valorizada puramente por sua estética ou autoria artística, no arquivo a imagem é, antes de tudo, um documento. Ela é um registro de uma atividade, uma prova de um acontecimento ou o subproduto de uma função administrativa.

Para compreender as imagens nos arquivos, é preciso entender que elas não são peças soltas (avulsas), na medida em que possuem organicidade em virtude de seu

vínculo com o produtor (seja ele uma pessoa ou uma instituição) e mesmo o contexto dessa produção, aspectos que lhe asseguram a preservação de um valor probatório. A isso se alia sua natureza polissêmica pois, diferentemente do documento textual, abre margem a diversas interpretações. No entanto, em sua organização arquivística, é necessário que se atenha às funções para as quais aquele documento imagético foi criado.

A existência de imagem em Arquivos remonta há séculos, pois os mapas, enquanto registros oficiais de explorações, documentos militares, tratados de limites e levantamentos cadastrais, já faziam parte da documentação oficial. A isso se aliam as plantas arquitetônicas e de engenharia, os retratos, os esboços em estudos científicos, e toda uma diversidade de diversos registros visuais criados manualmente.

No entanto, a guarda de imagens em arquivos começou a se intensificar no final do século XIX e início do século XX, acompanhando a popularização da fotografia e o reconhecimento do seu valor probatório e histórico. Nesse período, inicia-se o reconhecimento e primazia da tecnologia, primeiramente da fotografia, posteriormente das imagens em movimento e finalmente do digital, como arquétipo na produção de imagens.

As imagens nos arquivos são divididas em grandes categorias segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005): Cartográficas (representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas), Iconográficas (imagens fixas), Audiovisuais (imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas) e Digitais (codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional).

Nesse contexto, e dada sua ampla variedade e utilização para fins diversos, bem como seu inegável valor probatório para fins arquivísticos, o presente trabalho volta-se especificamente às imagens fixa e em movimento, tendo por objetivo identificar a produção científica brasileira na área de Ciência da Informação a partir do enfoque metodológico da análise de domínio (Hjørland, 2002), notadamente no que tange à dimensão bibliométrica, a partir da Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI.

2 ARQUIVOS DE IMAGENS

Ao analisarmos atentamente nossa realidade, deparamo-nos com imagens em, praticamente, quase todas as nossas atividades cotidianas. Nosso mundo é regido por figuras e objetos idealizados, que vemos e aceitamos inconscientemente. Imagens e



seus suportes tornaram-se próprios de determinadas épocas, representativos de um momento histórico.

As formas de reprodução de imagens foram se modificando e incorporando descobertas de química, ótica e a própria criação de dispositivos e equipamentos técnicos que possibilitavam uma intermediação mais mecânica e objetiva pelo uso de diversas máquinas para desenhar e retratar. Segundo Sougez (2001, p.18) a "síntese de todas estas máquinas de desenhar são as câmaras lúcidas⁴ (ou câmaras claras) que aparecem no princípio do século XIX. Os seus aperfeiçoamentos são principalmente de ordem óptica". A autora destaca ainda o uso milenar da câmara escura, na qual a luz de um objeto passa por um pequeno orifício e projeta sua imagem invertida em uma superfície oposta.

Antes da fotografia, a reprodução em série dependia de técnicas como a xilogravura (madeira), a gravura (metal) e a litografia (pedra). Embora permitissem cópias idênticas a partir de uma matriz, todas exigiam a intervenção direta da mão humana. A invenção da fotografia rompeu esse paradigma.

As transformações tecnológicas do final do século XIX alteraram profundamente a cultura e o cotidiano, exigindo uma percepção visual mais veloz e verossímil (Sevcenko, 2001; Costa, 2000). Essa busca pela "cópia fiel" da realidade já havia sido sedimentada pela perspectiva linear renascentista — um sistema geométrico que projeta o espaço tridimensional em um plano bidimensional a partir de um ponto de fuga fixo. Essa forma de representação tornou-se uma forma natural e todos os artistas ocidentais passaram a utilizar suas normas e regras na tentativa de copiar a natureza o mais fielmente possível (Machado, 2015).

Esta proposta que vinha se desenvolvendo de acordo com os valores artístico-sociais das sociedades ocidentais, considerava que a obra figurativa deveria ser a representação mais fiel possível das coisas existentes no universo e principalmente sem a intermediação humana (Francastel, 1993).

A fotografia foi o coroamento desse processo. Diferente da pintura, a imagem fotográfica foi celebrada como a "transposição exata" do real, supostamente isenta da subjetividade humana por ser um processo automático. Segundo essa ideia, a câmara, as lentes e o processo de fixação da imagem não interferiam no resultado final. Como aponta Walter Benjamin:

Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora

⁴ Segundo definição do Dicionário Michaelis, a Câmara Lúcida é um instrumento que consiste em uma caixa, dentro da qual, por meio de um prisma de forma peculiar, um arranjo de espelhos ou um microscópio, se faz projetar, sobre papel, em sua verdadeira perspectiva, o objeto que se deseja desenhar

cabiam unicamente ao olho. Como o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral. (Benjamin, 1994, p.167).

Nesse sentido percebe-se que a fotografia, que é um processo de fixar uma imagem em uma emulsão fotossensível, se torna um dispositivo tecnológico no sentido de propiciar um tipo de produção imagética peculiar. Não mais pela mediação do lápis ou do pincel e nem pelo olhar e pela representação do artista, mas, pela mediação de uma máquina, de uma tecnologia que se propõe a fazer algo mais que a representação: a reprodução da realidade. É desta forma que Rouillé apresenta o fazer da fotografia:

Com a fotografia, a produção das imagens obedece a novos protocolos. Enquanto o desenhista ou o pintor depositam manualmente uma matéria bruta e inerte (os pigmentos) sobre um suporte, sem que ocorra nenhuma reação química, enquanto suas imagens surgem no decorrer de seu processo de fabricação, com a fotografia acontece de maneira diferente. A imagem fotográfica surge de uma só vez, e ao final de uma série de operações químicas, no decorrer das quais as propriedades interferem com os dos sais de prata. A imagem latente (invisível) torna-se visível somente depois de ter sido tratada quimicamente, segundo um conjunto de procedimentos precisos, que necessitam de um espaço adaptado: o laboratório. (Rouillé, 2009, p.35).

Tem-se, assim, que as imagens, antes reproduções da realidade, podem agora ser uma cópia exata do momento, sem a interferência das interpretações e escolhas do humano, mas captadas e fixadas diretamente por um aparelho técnico, com regras óticas, mecânicas e físicas.

Essa suposta "objetividade científica" facilitou a entrada da fotografia nas instituições de custódia. No século XIX, o conceito de Arquivo transformou-se: de depósitos de documentos legais de governantes, passaram a ser locais de garantia de direitos e acesso ao cidadão. A fotografia encaixou-se perfeitamente nessa nova mentalidade, servindo como "(...) uma forma de comunicar fatos empíricos – "fatos brutais" – visualmente, supostamente sem mediação, através do espaço e do tempo. O testemunho fotográfico tornou-se um substituto para o testemunho ocular". (Schwartz, 2000, p. 11, tradução nossa).

Esse caráter de testemunho e prova que impingiram a fotografia e a suposta teoria da transposição literal do real para o suporte fotográfico seja ele de qualquer espécie, ainda encontra, hoje, defensores, pois se acredita que o objeto a ser capturado, eternizado pela imagem, necessariamente, parte da realidade.



Com o entendimento de cópia do real, dá-se sua introdução nas instituições arquivísticas de diversas formas e com intencionalidades variadas. A autora Nancy Bartlett identifica que existem referências ao uso da fotografia desde 1840, como os arquivos de fugitivos criminais das polícias da Bélgica, Suíça e do estado americano da Califórnia (Bartlett, 1996). As administrações públicas e diversas instituições incorporaram essa técnica em suas rotinas, mas por terem esse caráter de prova e registro eram acumuladas diferentemente do restante dos documentos.

Tagg (2005, p.12, tradução nossa) também destaca o papel da fotografia, para as novas normas das sociedades industriais, em virtude do "desenvolvimento de uma rede de instituições disciplinares – polícia, prisões, manicômios, hospitais, departamentos de saúde pública, escolas e inclusive o próprio sistema fabril moderno".

O uso da imagem como prova documental consolidou-se quando os tribunais passaram a aceitá-la como evidência legal entre meados do século XIX e início do XX. Nesse sentido, destaca Carter (2010, p.26-27, tradução nossa):

Foi somente no final da década de 1850 nos Estados Unidos, no início da década de 1860 na Grã-Bretanha e no início do século XX no Canadá que as provas fotográficas foram mencionadas em casos contestados, e que relatórios discutindo decisões sobre fotografias começaram a aparecer em registros de processos de tribunais de apelação e em periódicos jurídicos da época.

O mito da objetividade fotográfica, legitimado social e institucionalmente, tratou a imagem como uma técnica extremamente científica. Essa compreensão equivocada postergou por décadas o devido tratamento arquivístico das fotografias, ignorando seu contexto de produção e sua organicidade. Ao mesmo tempo que instituições passavam a guardar fotografias em arquivos técnicos, elas as tratavam de forma isolada, separando-as dos demais documentos. Esse isolamento ignorava a natureza orgânica do registro fotográfico, descontextualizando-o de sua origem administrativa ou histórica. (Madio, 2016).

Contudo, essa compreensão da fotografia como "verdade absoluta" e puramente técnica acabou por atrasar seu tratamento arquivístico adequado. Por muito tempo, as fotografias foram tratadas como "documentação especial", sendo apartadas dos demais documentos e isoladas de seu contexto orgânico (Madio, 2016). Paradoxalmente, embora Benjamin tenha apontado que a reprodutibilidade técnica retiraria a "aura" da obra única, a prática arquivística tendeu a analisar a fotografia como uma unidade isolada, negligenciando, muitas vezes, sua natureza como parte de um conjunto ou série documental.

Se a fotografia foi legitimada socialmente como testemunho visual do real, em conjunto com alguma contextualização, o audiovisual ampliou essa lógica ao incorporar o movimento, a duração e, posteriormente, o som, intensificando a sensação de presença e de veracidade. A imagem em movimento passou a ser percebida como ainda mais próxima da experiência sensível do mundo, reforçando a ideia de registro fiel dos acontecimentos.

Essa percepção contribuiu para a consolidação do audiovisual como forma de construção de narrativas sobre a realidade, capaz de articular tempo, espaço e ação de maneira contínua. Mas com isso trouxe novas discussões para a área dos arquivos.

No Brasil, a criação de um setor voltado aos documentos audiovisuais no Arquivo Nacional ocorreu ainda no final da década de 1950, com a formalização da Seção de Filmes por meio de regimento institucional. Apesar dessa iniciativa precoce, o setor permaneceu, por um longo período, limitado à guarda de microfilmes, sem assumir plenamente funções relacionadas ao tratamento arquivístico de filmes e vídeos.

Foi apenas a partir da década de 1980 que a unidade passou a desempenhar, de forma mais efetiva, atividades vinculadas à organização, preservação e gestão de documentos audiovisuais, consolidando-se institucionalmente após o recolhimento, em 1982, do acervo de uma agência federal de notícias extinta, episódio que marcou uma inflexão nas práticas arquivísticas voltadas a esse tipo documental (Pamplona, 2021).

Como ocorreu com a fotografia, os dispositivos audiovisuais foram rapidamente apropriados por instituições estatais, científicas, educacionais e administrativas, seja para fins de documentação, controle, difusão ou ensino. Entretanto, a complexidade técnica desses registros, que envolvem múltiplos suportes, formatos e processos de reprodução, contribuiu para que fossem compreendidos prioritariamente como objetos técnicos ou culturais, e não como documentos orgânicos vinculados às atividades que lhes deram origem.

No âmbito arquivístico, essa compreensão reforçou a tendência de tratar os documentos audiovisuais de forma excepcional, apartando-os dos conjuntos documentais aos quais pertenciam, tal qual ocorreu com a fotografia. A ênfase excessiva em seu conteúdo informacional visual ou em seu valor estético obscureceu aspectos fundamentais, como o contexto de produção, a função administrativa e as relações de proveniência.

Para Silva (2013), os documentos audiovisuais, produzidos ou recebidos por pessoas e instituições no exercício de suas atividades, configuram-se como



documentos de arquivo. Contudo, desde seu surgimento, enfrentam dificuldades para serem incorporados e tratados adequadamente pelas instituições arquivísticas.

Essas dificuldades persistem em razão do status diferenciado que lhes é atribuído, associado a entraves como direitos autorais, direitos de imagem e sua recorrente classificação como obra de arte, além de limitações conceituais presentes nos primeiros manuais de Arquivologia, que privilegiavam os documentos textuais. Ainda que o conceito de documento arquivístico tenha sido progressivamente ampliado em consonância com transformações histórico-sociais e técnico-científicas, resistências quanto ao tratamento arquivístico dos documentos audiovisuais permanecem (Silva, 2013).

Como observaram Silva e Madio (2013), existiu uma problemática relacionada a fatores como direitos autorais, reconhecimento como obra de arte, variações terminológicas e questões de direitos de imagem, que desafiam a Arquivologia na incorporação desses documentos como arquivos.

Dessa forma, filmes, registros sonoros e vídeos passaram a ser descritos e organizados de maneira fragmentada, frequentemente desvinculados dos processos institucionais que motivaram sua criação, o que compromete a compreensão plena de seu significado documental.

Diante desse cenário, os documentos audiovisuais nos arquivos ainda exigem a superação do paradigma que os entende apenas como registros diretos da realidade ou como objetos artísticos autônomos. Assim como a fotografia, o audiovisual deve ser reconhecido como resultado de escolhas técnicas, institucionais e políticas, inserido em fluxos de produção e acumulação específicos.

Considerar sua materialidade, suas condições de produção e seu vínculo com as funções das instituições produtoras torna-se fundamental para um tratamento arquivístico adequado, capaz de integrar esses documentos aos demais registros e de garantir sua preservação, acesso e interpretação no longo prazo.

3 A ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A CARACTERIZAÇÃO DE CONTEXTOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A Análise de Domínio (AD) tem por intuito estudar, caracterizar e sistematizar os aspectos inerentes à produção de um conhecimento em um dado campo (domínio), a partir de seu contexto, notadamente no que tange ao conhecimento registrado e socializado, qual seja, aquele que é objeto da comunicação científica de modo a que esse conhecimento possa ser organizado, acessado, utilizado e subsidie a construção de um novo conhecimento, em um processo helicoidal contínuo (Guimarães, 2008).

Dialogando com conceitos da Sociologia da Ciência, tais como os colégios invisíveis (Solla Price, 1963, 1966; Paisley, 1972), as comunidades epistêmicas (Haas, 1992; Meyer; Molyneux-Hodgson, 2010), as comunidades discursivas (SWALES, 1990) e ainda com os estudos de metateoria (Ritzer, 1991; Tognoli, 2013), a AD busca melhor compreender os conceitos, atores, processos, instrumentos e produtos de um dado domínio de conhecimento, notadamente a partir do reconhecimento de seus referenciais teóricos, suas escolas de pensamento, e sua terminologia, entre outros aspectos.

Ainda que nascida no âmbito da Ciência da Computação nos anos 1980, no âmbito da engenharia de softwares (Neighbors, 1981), a AD teve sua primeira aproximação com a Ciência da Informação em 1987 quando Prieto-Díaz (1987), ainda no âmbito da engenharia de softwares, "propôs um modelo processual baseado em esquemas de classificação facetados especializados, a fim de estruturar um vocabulário controlado que pudesse ser usado para classificar e descrever títulos em uma coleção específica" (Guimarães, 2024, p. 648).

Mas foi notadamente partir de um trabalho seminal que Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen (1995) trouxeram a efetivamente perspectiva da AD para a Ciência da Informação, mais especialmente no campo da Organização do Conhecimento, destacando a centralidade do conceito de domínio que, aos olhos dos referidos autores, encontra-se calcado às "comunidades de pensamento ou comunidades de discurso que integram a divisão social do trabalho" (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p.410). Aliando-se à noção de comunidades discursivas, autores como Llorens et al. (2004) e Mai (2005) referem-se ainda a áreas de conhecimento, de especialização ou de atividade humana, pressupondo limites definidos e uma sistemática própria para a criação e estruturação de novos conhecimentos, bem como suas próprias formas de construir e estruturar teorias e metodologias (Thellefsen, 2004; Smiraglia, 2012). Desse modo, a AD pode focar em atores, instituições, processos de comunicação, literatura acadêmica, bancos de dados, entre outros.

Como destaca Guimarães (2024, p 650), pautando-se em Danuello (2007) e Smiraglia (2012):

No âmbito científico, a análise de domínio é especialmente importante para identificar as temáticas e os aspectos que são significativos em um ambiente científico - representado por um conjunto de pesquisadores e pela literatura por eles produzida - ou em uma área de conhecimento, tais como seus padrões, processos, agentes e as tendências que se configuram.

No mencionado artigo de Hjørland e Albrechtsen (1995), os autores defendem que a AD constitui uma importante abordagem para a CI, seja para melhor



compreender a informação seja para contribuir com seus estatuto teórico-metodológico.

No mesmo ano desse artigo seminal, Beghtol (1995) trouxe elementos mais específicos para a realização da AD em CI, ao propor duas etapas consecutivas de natureza operacional: identificar as categorias fundamentais do domínio e analisar detalhadamente os tópicos e questões que lhes são afetas.

Decorridos sete anos da publicação dessa mencionada literatura, Hjørland (2002) retoma o tema da AD, em uma análise mais verticalizada na qual propõe um conjunto de onze abordagens analíticas que, por sua vez, podem ser utilizadas de forma individual ou combinada com outras, a saber: Produção e avaliação de guias de literatura e portais temáticos; Produção e avaliação de classificações especiais e tesouros; Pesquisa sobre competências em indexação e recuperação de informação em especialidades; Conhecimento de estudos empíricos de usuários em áreas temáticas; Produção e interpretação de estudos bibliométricos; Estudos históricos de estruturas e serviços de informação em domínios; Estudos de documentos e gêneros em domínios de conhecimento; Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses em domínios; Conhecimento de estudos terminológicos, LSP (linguagens para fins especiais) e análise de discurso em áreas do conhecimento; Estudos de estruturas e instituições de comunicação científica e profissional num domínio; Conhecimento de métodos e resultados de estudos analíticos de domínio sobre cognição profissional, representação de conhecimento em ciência da computação e inteligência artificial.

Posteriormente, outras abordagens de AD foram propostas, tais como a proveniência arquivística (Guimarães; Tognoli, 2015); a semântica de bancos de dados (Smiraglia, 2015) e a análise do discurso (Smiraglia, 2015).

No mesmo enfoque de Beghtol (1995), Tennis (2003) propõe dois eixos operacionais a partir dos quais a análise de domínio pode ser abordada: áreas de modulação (extensão), relativas aos limites do domínio, e a graus de especialização (intensão), visando a estabelecer o grau de profundidade do domínio a ser analisado.

Pode-se dizer que natureza da AD reside em um paradigma social (Hjørland; Albrechtsen, 1995) que se insere em um espaço interdisciplinar (Smiraglia; López-Huertas, 2015), trazendo uma perspectiva metateórica para CI (Hjørland; Hartel, 2003), e contribuindo significativamente para a construção de uma agenda de natureza sociocultural na medida em que permite que os conteúdos (sejam eles temas, autores, veículos, instituições) "deixem de ser entidades em si mesmas para transformarem-se em decorrências de contextos que, por sua vez, situam-se no tempo e no espaço" e,

destarte, privilegiando a natureza social e ecológica do conhecimento. (Guimarães, 2024, p 670).

4 METODOLOGIA

Visando a atingir os objetivos propostos, realizou-se busca livre (no título, resumo, palavras-chave ou no corpo do texto) na base BRAPCI, na data de 12 de janeiro de 2026, a partir dos seguintes termos de busca “arquivos de imagens” e “arquivos audiovisuais”, recuperando-se 57 documentos pelo primeiro termo e 52 documentos pelo segundo termo. Em seguida, foram eliminados os itens repetidos (que figuravam sob ambos os termos), assim como trabalhos que fogem da especificidade do tema em análise, como os que se voltam à imagem do arquivo enquanto instituição, sem relação direta com os processos de representação, organização ou tratamento documental, ou à construção da imagem pública de indivíduos ou instituições, priorizando abordagens comunicacionais ou midiáticas, entre outros. Desse modo, chegou-se a um corpus final de 35 documentos, listados em apêndice.

Os resultados da busca foram, então, registrados em fichas individuais, contendo as seguintes informações: Referência bibliográfica completa, resumo, palavras-chave e tipo de documento ((artigo de revista, tese, dissertação, capítulo de livro, livro, trabalho em anais de evento).

Esse conjunto de fichas subsidiou o desenvolvimento da AD a partir de duas das abordagens propostas por Hjørland (2002): bibliométrica e terminológica. A abordagem bibliométrica, visando a caracterizar a comunidade discursiva e a produção científica brasileira no âmbito da CI, relativamente à temática analisada. Nesse sentido, analisaram-se aspectos relativos à autoria (autores mais produtivos, vinculações institucionais etc), aos veículos de comunicação científica, bem como realizou-se uma análise diacrônica da produção. No âmbito terminológico, as palavras-chave dos artigos foram analisadas no sentido de verificar as subtemáticas (ou enfoques) predominantes, assim como os aspectos interdisciplinares ocorridos, no intuito de identificar como, nesse domínio, os conceitos são nomeados.

5 RESULTADOS

Relativamente à autoria, obteve-se um total de 72 autores, o que perfaz uma média de 2 autores por trabalho, sendo 14 trabalhos (40%) em autoria única, 13 (37%) em autoria dupla; 4 (11%) e 4 (11%) em autoria múltipla (mais de três autores). Esse panorama evidencia uma prática autoral das Ciências Humanas e Sociais em que as



colaborações ocorrem de maneira mais restrita se comparadas àquelas nas ciências biológicas e exatas.

Observa-se, ainda que 5 autores (7% do universo) possuem dois ou mais trabalhos (correspondendo a 49% das publicações): Miriam Paula Manini (UnB) – 4; Rosa Inês Novais Cordeiro (UFF) – 3; Alessandro Ferreira Costa (UFMG) – 2; Vânia Mara Alves Lima (USP) – 2; André Porto Ancona Lopez (UnB) – 2; Artur Simões Rozestraten (USP) – 2; e Luís Antônio Santana da Silva (UFAM) – 2. Tais resultados demonstram que o tema estudado vem recebendo uma disseminada produção científica e tal dispersão de autores pode ainda sinalizar para uma preocupação científica ainda recente na área em estudo. Por outro lado, os autores mais produtivos acima citados evidenciam efetivo foco investigativo na temática em estudos, senão vejamos:

- a) Míriam Manini, professora da Universidade de Brasília (UnB) na área de Ciência da Informação (falecida), é graduada em Ciências Sociais, com Mestrado em Multimeios pela UNICAMP; Especialização em Conservação e Preservação Fotográfica pelo Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da FUNARTE; Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP; e Doutorado em Ciências da Comunicação (Área: Ciência da Informação) pela ECA/USP, com ênfase investigativa na análise documentária de fotografias;
- b) Rosa Inês Novais Cordeiro, graduada em Biblioteconomia e em Arquivologia, é professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) na área de Ciência da Informação, possui mestrado e doutorado em Comunicação pela UFRJ e Especialização e Organização de Arquivos pela UFF, com ênfase investigativa na representação da documentação fílmica;
- c) Alessandro Ferreira Costa, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na área de Ciência da Informação, possui graduação em Artes Visuais e doutorado em Ciência da Informação, todos pela UFMG, com ênfase investigativa em cinema de animação e gestão arquivística de cinema digital;
- d) Vânia Mara Alves Lima, professora da Universidade de São Paulo (USP), é graduada em Biblioteconomia, com mestrado e doutorado em Ciência da Comunicação pela USP, com ênfase investigativa na organização e representação do conhecimento;
- e) André Porto Ancona Lopez, graduado em História, é professor da Universidade de Brasília (UnB) possui mestrado e doutorado em História Social pela USP e Especialização em Organização de Arquivos, com ênfase investigativa na organização arquivística de documentos imagéticos;

- f) Artur Simões Rozestraten, graduado em Arquitetura e Urbanismo, é Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, possui mestrado e doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP. Apresenta ênfase investigativa em fotografia de arquitetura;
- g) Luís Antônio Santana da Silva, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é graduado em Arquivologia e em Relações Públicas, com mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela Unesp. Sua ênfase investigativa reside nos documentos audiovisuais no âmbito arquivístico.

Em termos de contextos institucionais desses autores, obteve-se um conjunto de 29 instituições⁵ sendo 21 instituições de ensino superior (duas das quais do exterior: Espanha e Portugal) e, as demais, referem-se a institutos de pesquisa, arquivos e redes de telecomunicação, entre outras. Nesse contexto, 11 instituições (38% do total) apresentam ao menos duas autorias em artigos, o que evidencia que essa procedência é ainda bastante dispersa. No entanto, a Universidade de Brasília, a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista e a Universidade Federal de Minas Gerais respondem, juntas, por 40% dessas autorias. Tal fato se explica em virtude de a UnB, Unesp e UFMG possuírem cursos de graduação e programas de pós-graduação já consolidados na área de Arquivologia, com ênfase, entre outros aspectos nos arquivos de imagens e, no caso da USP, observa-se uma abordagem convergente entre as Faculdades de Comunicação e Artes e de Arquitetura e Urbanismo.

Foram identificados 22 veículos de publicação⁶ (o que perfaz uma média de 1,6 trabalhos por veículo). Trata-se de revistas, com uma única exceção – o ENANCIB.

⁵ Universidade de Brasília – UnB (10); Universidade de São Paulo – USP (7); Universidade Estadual Paulista – UNESP (6); Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (5); Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal da Paraíba – UFPB (3 autores cada); Fundação Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG; Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2 autores cada); e Arquivo Nacional, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto; Rede Globo Minas de Televisão; Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife; Escola Técnica Estadual/Itapeva-SP; Faculdade de Tecnologia/Marília-SP; Fundação Mineira de Educação e Cultura; Museu de Astronomia e Ciências Afins; Universidad de Murcia; Universidade de Évora; Universidade do Porto; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro (1 autor cada).

⁶ Ágora; Ciência da Informação; Archeion; Arquivo & Administração; DataGramaZero; ENANCIB; InCID; Informação & Informação; Informação & Sociedade; Informação & Tecnologia; Informação em Pauta; Liinc em revista; Museologia & Interdisciplinaridade; OFFICINA; Páginas A&B; Perspectivas em Gestão & Conhecimento; Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Ponto de Acesso;



Nesse contexto, 5 veículos se destacam por haverem publicado dois ou mais trabalhos, nomeadamente: ENANCIB (8 trabalhos); Ponto de Acesso (4 trabalhos); Ágora: Arquivologia em debate (3 trabalhos); Ciência da Informação (2 trabalhos) e Perspectivas em Gestão & Conhecimento (2 trabalhos). Esse conjunto de veículos responde por 54% da produção analisada. A predominância de publicações oriundas do ENANCIB já era esperada uma vez que este constitui o maior fórum científico brasileiro na área de Ciência da Informação, contando hoje com doze grupos de trabalho temático⁷. Cumpre destacar que as temáticas relativas à questão audiovisual são transversais a todos esses nichos temáticos, dependendo da abordagem que se lhes imprima no âmbito da Ciência da Informação.

A configuração cronológica (datas de publicação) dos trabalhos analisados (publicados entre 2005 e 2025) revela uma certa constância, sendo que o período de 2012 a 2018 revela uma maior produção, com 21 trabalhos, sendo responsável por 60% da produção. É interessante observar que a produção científica brasileira sobre a temática em estudo, no âmbito da CI, pode ser considerada ainda recente, pois remonta tão somente às duas últimas décadas – quando a produção científica da CI no Brasil remonta aos anos 1970, podendo ser considerada recente, mas se verifica a sua ascensão, especialmente em virtude do universo digital. As demais revistas, por sua vez, têm revelado escopo editorial que abrange, entre outros aspectos, discussões no âmbito arquivístico.

De modo a identificar as bases teóricas que sustentam essa literatura, foram analisadas as referências dos artigos que compuseram o corpus, tendo sido identificado um total de 550 referências, o que perfaz uma média de 13 referências por trabalho. Desse universo foram selecionados os trabalhos autorais, de tal modo que se eliminaram textos legais e de entidades coletivas etc. Com isso, chegou-se a um total de 267 autores diferentes citados.

Para análise dos autores citados, utilizou-se a lei do elitismo, proposta por Derek de Solla Price (1963)⁸ segundo a qual a elite de um dado campo científico – ou área

Revista Acervo; Revista Eletrônica da ABDF; Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde; e Revista Interamericana de Bibliotecología.

⁷ Os Grupos de Trabalho da ANCIB referem-se, atualmente, a aspectos históricos epistemológicos da CI, organização e representação do conhecimento, Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, Gestão da Informação e do Conhecimento, Política e Economia da Informação, Informação, Educação e Trabalho, Produção e Comunicação da Informação, Dados, Informação e Tecnologia, Museu, Patrimônio e Informação, Informação e Memória, Informação e Saúde; e Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades.

⁸ Derek de Solla Price (1922-1983) é considerado o “pai da cientometria”, na medida em que voltou grande parte de sua produção científica para caracterizar e analisar o comportamento de ciência a partir da produção e da comunicação científica. Observa-se, outrossim, que a Lei de elitismo de Price

temática – se evidencia, na produção científica partir do cálculo da raiz quadrada do número total de autores⁹. Desse modo, e contabilizando-se ou autores citados em ordem decrescente de número de citações recebidas¹⁰, aplicou-se a raiz quadrada, chegando-se a um conjunto de 18 autores, que receberam 5 ou mais citações cada. São eles: Roland Barthes, Roland (13 citações); Miriam Manini (12 citações); André Porto Ancona Lopez (10 citações); Philippe Dubois (9 citações); Susan Sontag; Boris Kossoy, e Walter Benjamin (8 citações cada); Aline Lopes de Lacerda (7 citações); Heloísa Bellotto, e Michel Foucault (6 Citações Cada); Rosa Inês Novais Cordeiro; Theodore Schellenberg;; Ana Carolina Simionato; Carmen Agustín Lacruz; Paul Ricoeur, Jacques Aumont, e André Rouillé (5 citações cada).

Desse conjunto de autores citados, observa-se que Manini, Lopez e Cordeiro figuram não apenas no grupo dos mais produtivos como também no grupo dos mais citados. Relativamente aos demais autores citados – e suas respectivas obras – observa-se que os referentes teóricos integram uma matriz notadamente interdisciplinar em que se tem as seguintes áreas de especialidade: a) Arquivologia (André Porto Ancona Lopez, Aline Lopes de Lacerda, Heloísa Liberalli Bellotto, Theodore R. Schellenberg, e Rosa Inês de Novais Cordeiro); b) Organização e Representação do Conhecimento (Miriam Manini, Carmen Agustín Lacruz e Rosa Inês de Novais Cordeiro); e c) Documentos audiovisuais, seja no âmbito da fotografia, do cinema ou da pintura (Miriam Manini, André Porto Ancona Lopez; Philippe Dubois; Susan Sontag, Boris Kossoy, Walter Benjamin, Aline Lopes de Lacerda, Carmen Agustin Lacruz, André Rouillé, Jacques Aumont, Rosa Inês de Novais Cordeiro). A esse universo aliam-se influências de escopo mais abrangente, oriundas da Filosofia (Susan Sontag, Michel Foucault, Paul Ricoeur), da Semiologia (Roland Barthes), da Sociologia (Walter Benjamin, Michel Foucault) e da História (Boris Kossoy).

Por fim, adentrou-se ao campo temático dessa produção, para verificar quais os subtemas ou abordagens predominantes. Para tanto, valeu-se do conjunto de palavras-chave atribuídas pelos autores nos documentos analisados. Desse modo, obteve-se um conjunto de 133 palavras-chave (levando a uma média de aproximadamente 4 palavras-chave por documento). Desse universo foram eliminadas as palavras vazias ou redundantes, e aplicou-se um controle de vocabulário principalmente para agrupar as variações sinonímicas de um mesmo conceito. Desse

foi originalmente concebida relativamente a autores mais produtivos, mas, no presente trabalho ela é utilizada para identificar uma elite de referentes teóricos que subsidiam a produção analisada.

⁹ Para o cômputo dos autores que integram o elitismo de Price consideraram-se apenas aqueles que figuram nominalmente nas referências como primeiro autor, uma vez que a literatura considera este como o responsável principal pela concepção e elaboração do artigo.

¹⁰ Para tanto, contabilizou-se apenas o primeiro autor no caso de obras em coautoria.



modo, e para melhor identificar as especificidades e/ou abordagens desse conjunto documental, realizou-se uma categorização temática das palavras-chave a partir das seguintes categorias: Áreas de conhecimento ou de especialidade; Processos e procedimentos; Ambiências; Fontes documentais; Atores, e Discussões e abordagens específicas.

Na categoria *Áreas de conhecimento ou de especialidade*, as palavras-chave referiram-se a Arquivologia (com 7 incidências, aqui incluídas especificidades como Organicidade arquivística; Princípios arquivísticos e Tipologia documental); Ciência da informação (6 incidências); Biblioteconomia (4 incidências); Cinema (4 incidências); Memória (4 incidências, incluindo questões ligadas a Patrimônio digital); Tecnologias da informação (3 incidências); e ainda Museologia; Comunicação; Documentação; e Análise do discurso (com 1 incidência cada).

Em termos de *Processos/procedimentos*, a ênfase esteve em Representação documentária (10 incidências, incluindo os Metadados); Recuperação da informação (7 incidências); Análise documentária e Indexação (4 incidências cada); Preservação (3 incidências); Decupagem, Gerenciamento de riscos e Leitura documentária (2 incidências cada); e Catalogação, Conversão / Transdução, Descrição, Desmaterialização, Gestão da informação, Mediação da informação e Planejamento estratégico (1 incidência cada).

As *Ambiências* referem-se a Arquivos (19 incidências, sejam eles de imagens, fotográficos, públicos, privados, televisivos e pessoais), Televisão, Repositórios e Mídias sociais (3 incidências cada); Unidades de informação (2 incidências); e Ambientes colaborativos, Ambientes digito-virtuais, Centros de documentação e Web (1 incidência cada).

No que tange às *Fontes documentais*, preponderam as Fotografias (19 incidências, incluindo Fotografia digital; Fotografia como documento; Fotografia de arquitetura; Fotografia e memória; Fotografia em arquivos; Fotografia de família; e Imagem vernacular), seguidas das Imagens em movimento (16 incidências, incluindo Imagem fílmica; Imagem tecnológica; Cinema documentário; Vídeo digital; Filme de arquivo, e *Found footage*). Tem-se ainda ambiências mais abrangentes, tais como os Documentos (12 incidências, incluindo Documento audiovisual; Documento de arquivo; Documento digital; e Documento imagético), os Acervos (4 incidências, incluindo Acervo fílmico e Acervo imagético), as Coleções (4 incidências), a Informação (5 incidências, incluindo especificamente a informação imagética e a metainformação); e os Documentários e a Multimídia (1 incidência cada).

Relativamente aos *Atores* envolvidos, tem-se a menção ao Arquivista e ao Fotógrafo (1 incidência cada). Por fim, observam-se palavras-chave representativas de

Discussões / Abordagens específicas (7 incidências, incluindo Amnésia digital; Estereótipos; Movimentos raciais; Imagem como testemunho; Imagem e informação; e Papel social da fotografia).

6 CONCLUSÃO

A Análise de Domínio demonstrou ser fundamental para identificar o núcleo de autores na base BRAPCI com a temática de Arquivos de Imagem e Arquivos de Audiovisual. Essa abordagem permitiu a construção de quadros que favorecem uma compreensão que extrapola a autoria, mas possibilita perceber conceitos, referências e temáticas frequentes e consagradas, que refletem a perspectiva desta comunidade.

A pesquisa evidenciou o quanto este grupo é incipiente e amplo em suas abordagens, demonstrando o quanto a área da CI carece de maiores aprofundamentos e estruturação de conceitos padronizados e universais nestas duas temáticas. Destaca-se que a imagem está presente praticamente desde o século XIX nos Arquivos e ainda não há um consenso sobre terminologias e classificações, sendo os termos utilizados, muitas vezes, como sinônimos, sem explicitar procedimentos, processos e funções na elaboração destes documentos.

O levantamento, do período de 2005 a 2025, trouxe 35 artigos, com um total de 72 autores em 22 periódicos científicos, tendo maior frequência de publicações no período de 2012 a 2018. Na identificação dos contextos institucionais dos principais autores, corrobora-se a relevância de escolas com graduação e pós-graduação na área de Arquivologia.

Foi possível, também identificar 267 autores distintos referenciados nos artigos, salientando correntes teóricas e conceituais preconizadas pelo grupo, enfatizando a grande variedade de áreas de especialidade, ratificando a falta de consenso nos fundamentos e pressupostos das áreas.

Sabe-se que esta falta de consenso reflete a complexidade dos temas, já que o objeto de estudo é dinâmico e influenciado por contextos históricos e culturais, porém deve-se pensar que ao se propor discutir Arquivo de Imagem e Arquivo Audiovisual, tenha como fundamento as premissas teóricas que sustentam esta disciplina e suas características fundamentais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



BARTLETT, N. Diplomats for photographic images: academic exoticism? **The American Archivist**, v. 59, p.486-494, 1996.

BEGHTOL, C. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.1, p.30-44, 1995.

BENJAMIN, W. **A obra de arte Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; Obras escolhidas, v. 1.

COSTA, A. M. SCHWARCZ, L. M. (Coord.). **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Série Virando Séculos).

DANUELLO, J. C. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil**: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. Marília : Unesp, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação).

FRANCASTEL, P. A realidade figurativa. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GUIMARÃES, J.A.C. A análise de domínio como perspectiva teórico-metodológica uma análise dos aspectos teóricos na literatura internacional na organização do conhecimento. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 17 n. 3, p.644-677, 2024.

GUIMARÃES, J.A.C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: FUJITA, M. S. L.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). **Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 33-44.

HAAS, P. M. Epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 01-35, 1992.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4, p.422-462, 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v 46, n.6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Introduction to a Special Issue on Domain Analysis. **Knowledge Organization**, v.30, n.3/4, p.125-127, 2003.

LLORENS, J. et al. Automatic generation of domain representations using thesaurus structures. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 55, n.10, p.846-858, 2004.

MACHADO, A. A ilusão especular – **Uma teoria da Fotografia**. São Paulo: Gustavo Gili, 2015

MADIO, T. C. C. **Documento de Arquivo**: fotografia Tese (Livre-Docência), 2016 - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências.

MAI, J.-E. Analysis in indexing: Document and domain centered approaches. **Information processing and management**, n.41, p.599-611, 2005.

MEYER, M.; MOLINEUX-HODGSON, S. Introduction: the dynamics of epistemic communities. **Sociological Research Online**, v. 15, n.2, p.109-115, 2010.

NEIGHBORS, J. M. **Software Construction Using Components**. University of California, Irvine, 1981. (Doctoral Dissertation). Department of Information and Computer Science.

PAMPLONA, W. M. Década de 1980: os primeiros anos de atuação da seção de filmes do Arquivo Nacional. **Archeion Online**, v. 9, n. 2, 2021.

PRIETO-DIAZ, R. Domain Analysis for Reusability. In: **Proceedings of COMPSAC'87**, Tokyo, 23-29 Oct. 1987.

PRIETO-DIAZ, R. Domain analysis: an introduction. **Software Engineering Notes**, v. 15, n.2, p. 47-54, 1990.

RITZER, G. **Metatheorizing in Sociology**. Lexington: Lexington Books, 1991.

ROUILLÉ, A. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SCHWARTZ, J. M. **Records of Simple Truth and Precision**: Photography, Archives, and the Illusion of Control. In *Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists*, Ottawa, n. 50, p. 1-40, 2000.

SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Série Virando Séculos).

SILVA, L. A. S.; MADIO, T. C. C. Documentos audiovisuais são arquivos? reflexões a partir de conceitos clássicos e contemporâneos. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 23, n. 47, 2013.

SILVA, L. A. S. da. **Abordagens do documento audiovisual no campo teórico da arquivologia**. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 17 jun. 2013.

SMIRAGLIA, R. P. ; LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Domain analysis redux: an introduction. **Knowledge Organization**, v.42, n.8, p. 553-556, 2015.

SMIRAGLIA, R. P. Domain analysis of domain analysis for knowledge organization: observations on an emergent methodological cluster. *Knowledge Organization*, v. 42, n.8, p.602-611, 2015.

SMIRAGLIA, R. P. Epistemology of domain analysis. In: SMIRAGLIA, R.P.; LEE, H.-L. (Eds.) **Cultural frames of knowledge**. Wurzburg : Ergon, 2012, p. 111-124.



SOLLA PRICE, D. J. de.; BEAVER, D. Collaboration in an invisible college. **American Psychologist**, v.21, n.11, 1011–1018, 1966.

SOLLA PRICE, D. J. de. **Little Science, Big Science**. New York: Columbia University Press, 1963.

SOUGEZ, M. L. **História da Fotografia**. Lisboa: Dinalivro, 2001.

SWALES, J. The concept of discourse community. In: **Genre analysis: English in Academic and Research Settings**. Boston: Cambridge University Press, 1990. p. 466-480.

TAGG, J. **El peso de la representación**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2005.

TENNIS, J. T. Two axes of domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 30, n.3/4, p.191-195, 2003.

THELLEFSEN, T.I.; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 31, n.2, p. 177-187, 2004.

TOGNOLI, N.B. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista.

APÊNDICE: corpus de análise

ALVES, C. D. Metadados para a recuperação de imagens na web: utilizando o software adobe bridge. Ponto de Acesso, v. 6, n. 1, 2012.

ANTUNES, M. N.; et al.. Arquivos visuais relacionados ao vírus zika: imagens no instagram como parte da constituição de uma memória da epidemia. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 10, n. 3, 2016.

ARAKAKI, A. C. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Modelo conceitual dilam: integração entre arquivos, bibliotecas e museus. Informação & Sociedade: Estudos, v. 27, n. 2, 2017.

BORBA, V. R.; et al.. Políticas de formatos de arquivos para objetos de aprendizagem: preservação digital no saber tecnologias educacionais e sociais. Informação & Tecnologia, v. 2, n. 1, 2015.

CORDEIRO, R. I. N. Análise de imagens e filmes: alguns princípios para sua indexação e recuperação. Ponto de Acesso, v. 7, n. 1, 2013.

CORDEIRO, R. I. N.; AMANCIO, T. Análise e representação de filmes em unidades de informação. Ciência da Informação, v. 34, n. 1, 2005.

COSTA, A. F.; LIMA, E. B. A representação do arquivista em obras de ficção: perspectivas do profissional sob o olhar do cinema e da televisão. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 2, n. 1, 2012.

ESPERANCA, E. J. Espelhos que congelam a imagem. Museologia & Interdisciplinaridade, v. 6, n. 11, 2017.

FROTA, M. G. C. Retratos e testemunhos nas memórias da repressão e da resistência: uma interpretação do filme retratos de identificação dirigido por Anita Leandro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. Anais [...] XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2017.

KATAHIRA, I. K.; et al.. Fusão de dados para análise de imagens registradas por satélites: proposta de modelo de metadados. Ciência da Informação, v. 49, n., 2019.

LEAO, D. V. O arquivo futuro: as imagens vernaculares como arquivo de um documentário contemporâneo. Ágora: Arquivologia em debate, v. 34, n. 69, 2024.

LIMA, V. M. A.; SANTOS, C. A. C. M.; ROZESTRATEN, A. S. Arquigrafia: a web collaborative environment for architecture images. In: ENCONTRO NACIONAL DE



PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. Anais [...] XIX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018.

LOPES, A. Q.; et al.. O processo de gestão de documentos de imagens em movimento em emissoras de televisão. *Informação & Informação*, v. 23, n. 2, 2018.

LOPEZ, A. P. A. Imagens e documentos fotográficos em arquivos. *Arquivo & Administração*, v. 8, n. 1, 2009.

MALVERDES, A.; LOPEZ, A. P. A. A fotografia e seus tentáculos: interpretações possíveis no universo dos arquivos. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 8 n. 1, n. 1, 2017.

MANINI, M. P. A leitura de imagens fotográficas: preliminares da análise documentária de fotografias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011. Anais [...] XII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2011.

MANINI, M. P. Acervos audiovisuais em Brasília: imagem, memória e informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 01., 2015. Anais [...] XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2015.

MANINI, M. P. Acervos imagéticos e memória. *Ponto de Acesso*, v. 10, n. 3, 2016.

MANINI, M. P. Aspectos informacionais do tratamento de documentos fotográficos tradicionais e digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009. Anais [...] X Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2009.

MURGUIA MARAÑON, E. I.; REGISTRO, T. C. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do fundo Pedro Miranda no arquivo público e histórico de Ribeirão Preto. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 06., 2005. Anais [...] VI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2005.

MARIZ, A. C. A.; CORDEIRO, R. I. N. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. Anais [...] XIX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018.

PATERNOT, V. F.; HOLLOS, A. C. Futuro da memória digital audiovisual. *Revista Eletrônica da ABDF*, v. 4, n. esp, 2020.

PAULINO, M. C. P.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Fotografias de arquitetura e paisagem urbana: a representação de uma tipologia documental. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 18, n. 1, 2023.

RODRIGUES, J. S. O papel do documento fotográfico nos arquivos. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)*, v., n. 8, 2017.

RODRIGUES, M. P. Fotografia e imagem: percurso fotoautobiográfico no arquivo de Rossini Perez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 01., 2016. Anais [...] XVII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2016.

ROSA, C. A. J.; CASTRO FILHO, C. M. Reapropriação de arquivos cinematográficos em tempos de Youtube. *Ágora: Arquivologia em debate*, v. 26, n. 53, 2016.

ROZESTRATEN, A. S.; et al.. Reflexões sobre o patrimônio digital a partir da experiência do projeto arquigrafia | digital heritage: reflections on the arquigrafia project. *Liinc em revista*, v. 11, n. 1, 2015.

SA, A. G. T. Em pauta a informação, imagens e arquivos. *Ponto de Acesso*, v. 6, n. 1, 2012.

SANTOS, A. S.; AZEVEDO, D. P. A fotografia-documento e a importância de saberes especializados dos profissionais da informação para a memória. *Informação em Pauta*, v. 6, n. esp, 2021.

SANTOS, F. E. P. Documentos e informações audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de tv. *DataGramaZero*, v. 14, n. 5, 2013.

SILVA, L. A. S.; SILVA, C. C. T. Documentos audiovisuais como produtos das imagens tecnológicas: inserções histórico-teóricas na arquivologia. *Ágora: Arquivologia em debate*, v. 32, n., 2022.

SILVA, S. C.; SANTANA, R. C. G.; JORENTE, M. J. V. Transduções informacionais na biodisponibilidade de representações imagéticas. *Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)*, v. 48, n. 1, 2025.

SILVA, S. M.; LACERDA, A. L. A análise documental de imagens como processo de mediação da informação nos arquivos. *Revista Acervo (Arquivo Nacional)*, v. 31, n. 3, 2018.



SILVA, V. L.; OLIVEIRA, B. M. J. F. O arquivo pessoal de Heliton Santana: memória do movimento negro da paraíba. OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, v. 2, n. 2, 2023.

TAVEIRA, A. S.; SILVA, L. A. S.; GUIMARAES, P. R. Estratégias arquivísticas para preservação digital de documentos arquivísticos digitais (DAD) em formato de imagem. Archeion Online, v. 10, n. 1, 2022.

Recebido em 30/01/2026
Aprovado em 07/07/2026



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>